

Copyright © Paris, Éditions du Seuil, col. "La Librarie du XXI<sup>e</sup> siècle", sous la direction de Maurice Olender, 2003  
Copyright © 2013 Autêntica Editora

Título original: *Régimes d'historicité: presentisme et expériences du temps*

Todos os direitos reservados pela Autêntica Editora. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida, seja por meios mecânicos, eletrônicos, seja via cópia xerográfica, sem a autorização prévia da Editora.

COORDENADORA DA COLEÇÃO HISTÓRIA E  
HISTORIOGRAFIA

*Eliana de Freitas Dutra*

EDITORA RESPONSÁVEL

*Rejane Dias*

REVISÃO TÉCNICA E DE TRADUÇÃO

*Patrícia C. R. Reuillard*

*Vera Chacham*

REVISÃO

*Lizete Mercadante Machado*

REVISÃO GERAL

*Temístocles Cezar*

CAPA

*Teco de Souza*

*(Sobre foto de Eric Windisch/Stock.xchng.)*

DIAGRAMAÇÃO

*Conrado Esteves*

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Hartog, François

Regimes de historicidade : presentismo e experiências do tempo / François Hartog. -- 1. ed.; 1. reimp. -- Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2014. -- (Coleção História e Historiografia)

Título original: *Régimes d'historicité: presentisme et expériences du temps.*

Vários tradutores.

ISBN 978-85-65381-46-8

1. História - Filosofia 2. Historicidade 3. Tempo 4. Historiografia  
I. Título. II. Série.

12-12017

CDD-901

Índices para catálogo sistemático:

1. História : Filosofia 901

UNESP ASSIS - BIBLIOTECA	CLASSIFICAÇÃO	901	1334	798013
TOMBO	94316	DATA	27/10/14	5. Jc

*A Jipe, na luz de Samzun*

“ – no Tempo.”

Marcel Proust

 GRUPO AUTÊNTICA

**Belo Horizonte**

Rua Aimorés, 981, 8º andar . Funcionários  
Belo Horizonte . MG .30140-071  
Tel.: (55 31) 3214 5700

Televendas: 0800 283 13 22

www.grupoautentica.com.br

**São Paulo**

Av. Paulista, 2.073, Conjunto Nacional,  
Horsa I . 23º andar, Conj. 2301 . Cerqueira  
César . 01311-940 . São Paulo . SP

Tel.: (55 11) 3034 4468

passado, mas do futuro. Com esse instrumento, torna-se então possível elaborar essa “ciência política nova”.

Deixemos agora 1789 e o Atlântico para reunir, dois séculos mais tarde, os arredores de 1989 e as margens de uma outra crise maior do tempo, que se estende de um e de outro lado dessa data que se tornou simbólica. Se a paisagem é mais familiar, porque mais próxima de nós, não é necessariamente mais fácil orientar-se nela, porque próxima demais. Os dados são abundantes, os comentários e os estudos também. Cada livraria contribui com seu lote. Por isso, mais ainda do que em nossos exercícios anteriores, que tangiam mais ao olhar distanciado, é conveniente nos dois capítulos que seguem, exercícios de contemporaneidade, encontrar uma entrada precisa e ao mesmo tempo tão esclarecedora quanto possível. Sem perder, contudo, os conhecimentos adquiridos da experiência do olhar distanciado. A memória e o patrimônio, duas das palavras-chave do momento, noções norteadoras de nosso espaço público, pareceram-me responder a essas exigências.

Nenhum dos dois termos será examinado por si próprio, nem desdobrado nas suas múltiplas idas e vindas, mas ambos serão essencialmente examinados do ponto de vista do tempo. Para a memória, *Les Lieux de mémoire* nos servirão para começar. Quanto ao patrimônio, uma visão de conjunto nos servirá de fio interrogativo. De que ordem do tempo esses termos são a tradução e, talvez, igualmente, uma expressão de seu questionamento? São indícios de que crise do tempo? O regime moderno de historicidade que vimos tomar forma por volta de 1789 é ainda operatório? A inteligibilidade vem, ainda e sempre do futuro, como todos os criadores do progresso ousaram pensar em primeiro lugar, antes de afirmá-lo com uma segurança cada vez maior? O “fato novo” não podia senão sobrepujar o “fato histórico”. Hoje, nesta evidência da memória e da centralidade do patrimônio, exatamente como nas polêmicas em torno da memória e da história, deve-se reconhecer um “retorno” da categoria do passado, uma nostalgia pelo velho modelo da *historia magistra* ou, antes, uma predominância, inédita até então, da categoria do presente? O próprio momento do presentismo. Mas o patrimônio é obrigatoriamente “passadista”? Não, na medida em que a conduta que consiste em patrimonializar o meio ambiente leva a reintroduzir o futuro.

## Memória, história, presente

“A França deve recompôr seus anais para adaptá-los aos progressos da inteligência.” A fórmula é, mais uma vez, emprestada a Chateaubriand, proposta no prefácio dos seus *Études historiques*, evocados no capítulo anterior. Neles assumia a pose do historiador surpreendido pela história: “Eu escrevia a história antiga, e a história moderna batia à minha porta”. Novamente, a história, indo muito depressa, avançava rápido demais para ele! Seria preciso, observará nas *Memórias*, poder “fazer história de caleche”. Na Alemanha, Lorenz von Stein, teórico da história, observava do mesmo modo em 1843: “É como se a historiografia tivesse certa dificuldade em seguir a história<sup>321</sup>”. Evidentemente, dizendo isso, Chateaubriand permanecia senhor do jogo, já que fazia de seu próprio anacronismo a motivação e o motor de sua escrita. Quanto à recomposição dos anais, de acordo com os progressos da inteligência, isto é, totalmente em sintonia com o regime moderno de historicidade, essa tarefa não era, concluindo, para ele. De fato, cabia à jovem geração de historiadores liberais, a começar por Augustin Thierry, dedicar-se a ela.

Efetivamente, a história nacional tornou-se por muito tempo o grande assunto dos historiadores franceses e o *motto* de Chateaubriand poderia figurar como epígrafe das obras de muitos deles, dos mais ousados ao menos, ao longo dos séculos XIX e XX. Até Lavissee, certamente, e mesmo até o próprio projeto dos *Lieux de mémoire* de

<sup>321</sup> STEIN, Lorenz von, citado por KOSELLECK. *Le futur passé*, p. 180.

Pierre Nora. Não que a situação fosse a mesma, obviamente, mas para Chateaubriand em 1830, como para Nora no início dos anos 1980, tratava-se de partir de um diagnóstico feito sobre o presente e de registrá-lo. Para reconstruir “a partir de um novo plano”, dizia Chateaubriand; para se perguntar, primeiramente, o que quer dizer “recompor” no caso de Nora: pode-se ainda escrever uma história da França, como e por quê?<sup>322</sup>

O momento dos *Lieux de mémoire* (1984-1993) ocorreu antes e depois de 1989: concebido e lançado antes, o projeto terminou depois. Se na época pensávamos, na França, no bicentenário da Revolução, repetindo antecipadamente algumas guerras irrisórias, nas quais cada um devia fazer a sua parte, a queda do muro de Berlim, na qual ninguém pensava, pegou todo mundo desprevenido<sup>323</sup>. Porém, o projeto acompanhou a onda memorial que, desde a metade dos anos 1970, espalhou-se na França. Ele registrou-a como um sismógrafo, refletiu-a como um espelho, e refletiu sobre ela.

Entre os múltiplos indícios possíveis desse movimento memorial, basta mencionar o filme de Marcel Ophuls, *A dor e a piedade*, que teve de esperar até 1971 para ser lançado, seguido do livro *A França de Vichy, Velha Guarda e New Order, 1940-1944* de Robert Paxton, minuciosa acusação contra o regime de Pétain, publicado em 1972. Mas também, em outro tom, *Le Cheval d'orgueil*, em 1975, de Pierre-Jakez Hélias. Essas “memórias de um bretão da região de Bigouden”, nascido em 1914, recriam uma civilização popular bretã. O livro chega rapidamente a um milhão de exemplares. *Shoah*, o filme de Claude Lanzmann, em 1985; *Os Assassinos da memória*, de Pierre Vidal-Naquet, desmantelando e denunciando o negacionismo; no mesmo ano, *Le Syndrome de Vichy (1944-198...)*, de Henry Rousso. Em uma investigação sobre Vichy, Rousso acabara de descobrir que “não era a hora do médico legista, mas do médico, simplesmente, e mesmo do psicanalista”. E ainda tantos outros até o último livro de Paul Ricœur, publicado

<sup>322</sup> NORA, Pierre (Org.). *Les lieux de mémoire, III: Les France*. Paris: Gallimard, 1993. v. 1, p. 11-32.

<sup>323</sup> 1789. *La commémoration* (volume coletivo, Paris, Gallimard, 1999) reúne os artigos publicados em *Le Débat* sobre o bicentenário da Revolução Francesa. GARCIA, Patrick. *Le bicentenaire de la Révolution française: pratiques sociales d'une commémoration*. Paris: CNRS, 2000.

em 2000, para o milênio, *A memória, a história, o esquecimento*. Em um plano mais tangível, mais visível, testemunham isso também a eficaz renovação ou museificação dos centros históricos urbanos, a multiplicação dos ecomuseus ou museus de sociedade e a ascensão do Patrimônio.

Porém, de Chateaubriand a Pierre Nora, para voltar ao nosso atalho inicial, a diferença na relação com o tempo surpreende imediatamente. O “novo plano” exigido pelos “progressos” da inteligência remetia, de fato, a uma visão do tempo como aperfeiçoamento e progresso: aquele da liberdade, filha dos costumes, descoberta na América, aquele que fazia do *Ensaio histórico* revisitado uma testemunha dessa caminhada. Mas ele sabia também que a forma de trabalhar dos historiadores liberais que julgavam o mundo novo como “escala retificada para medir o mundo antigo” era o oposto de sua vocação de escritor, cuja escrita é marcada por ranhuras incessantes de um a outro. Ao passo que, no momento de empreender o que se tornaria *Les Lieux de mémoire*, Nora não apenas não invocava nenhum tempo progressista, como tampouco saía do círculo do presente. Muito pelo contrário, observava ele, “o desaparecimento rápido de nossa memória nacional me parecera exigir um inventário dos lugares onde ela se encarnou de maneira seletiva”<sup>324</sup>. Um inventário antes de uma morte anunciada.

Fernand Braudel tivera também a audácia de se lançar em uma longa história da França solitária, à moda Michelet, em suma, mas, tendo começado muito mais tarde do que ele (Michelet consagrou quarenta anos a ela), não pôde explorar até o fim essa *Identidade da França*, na qual singularidade e permanência coincidem<sup>325</sup>. Não se tratava de modo algum de memória, mas de uma história extraída do mais profundo da longa duração, esta “enorme superfície de água quase estagnada” que, gradativamente, mas irresistivelmente, “arrasta tudo com ela”<sup>326</sup>. Mesmo que seja um projeto coletivo excepcionalmente amplo, *Les Lieux de mémoire* tiveram, no entanto,

<sup>324</sup> NORA (Org.). *Les lieux de mémoire, III: Les France*, v. 1.

<sup>325</sup> BRAUDEL, Fernand. *L'Identité de la France*. Paris: Arthaud-Flammarion, 1986. 3 v.

<sup>326</sup> BRAUDEL. *L'Identité de la France*, v. III, p. 431.

um supervisor que, ao longo de suas intervenções, um volume após outro, deu sua “interpretação” da história da França, quase no sentido musical da expressão: sua “pequena música”.

Como já anunciei, a questão que nos serve de fio condutor é aquela da ordem do tempo, testemunhado pelos *Lieux*, percebidos acima de tudo como projeto intelectual. Colocando a memória à frente, com que articulação do passado, do presente e do futuro eles jogam? Já que é evidente que começam por não restabelecer o regime moderno de historicidade. Para além deles e de sua abordagem, *Les Lieux de mémoire* nos servirão também de projetor para iluminar as temporalidades mobilizadas pelo gênero da história nacional no curso de sua história. Mas, antes, distanciemo-nos um pouco novamente e pratiquemos uma outra modalidade de olhar distanciado.

### As crises do regime moderno

Não se poderia inscrever, como hipótese, o regime moderno de historicidade entre as duas datas simbólicas de 1789 e 1989? Seria preciso proclamar que elas manifestam sua entrada e sua saída de cena da grande história? Ou, pelo menos, que marcam dois cortes, duas fendas na ordem do tempo<sup>327</sup>? Desse ponto de vista, o 11 de setembro de 2001 não provocaria grande questionamento desse esquema, a não ser que a administração norte-americana decidisse fazer disso um marco zero da história mundial: um novo presente, um único presente, o da guerra contra o terrorismo. Em todo caso, o 11 de setembro leva ao extremo a lógica do acontecimento contemporâneo que, se deixando ver enquanto se constitui, se historiciza imediatamente e já é em si mesmo sua própria comemoração: sob olho da câmera<sup>328</sup>. Nesse sentido, ele é totalmente presentista.

<sup>327</sup> Entre muitas outras possibilidades, citemos um historiador, observador engajado no seu século, Eric Hobsbawm: “Very few people would deny that an epoch in world history ended with the collapse of the Soviet bloc and the Soviet Union, whatever we read in the events of 1989-91. A page in history has been turned” (*On History*. London: Abacus Book, 1998, p. 311). “Muito pouca gente negaria que, com o colapso do bloco soviético e da União Soviética, encerrou-se uma época na história do mundo, qualquer que seja a interpretação que dermos aos acontecimentos de 1989-1991. Foi virada uma página da história.” (Tradução de Temístocles Cezar).

<sup>328</sup> GLUCK, Carol. 11 septembre, Guerre et télévision au 21<sup>e</sup> siècle. *Annales HSS*, n. 1, 2003, p. 135-162. Carol Gluck propõe uma história-testemunho da “guerra contra o terrorismo” conduzida

Entre seus próprios atores e entre aqueles que quase imediatamente tentaram justificá-la, a Revolução Francesa pode ser decifrada, particularmente, como um conflito entre dois regimes de historicidade. Apelou-se para o passado, convocou-se amplamente Roma e Plutarco, enquanto se proclamava bem alto que não havia modelo e que não se devia imitar nada. A própria trajetória de Napoleão pode ser explicada desse modo. Levado pela nova ordem do tempo, ele sempre quis estar à frente de si mesmo – “ia tão rápido que mal dispunha de tempo para respirar por onde passava”, observava Chateaubriand – e, no entanto, ficou fascinado pelos heróis de Plutarco, até entrar no seu futuro recuando, como notava Valéry, formando uma pseudolinagem<sup>329</sup>. Também ele teceu seu destino de herói finalmente trágico entre dois regimes de historicidade.

As características do regime moderno, tais como se destacam das análises agora clássicas de Koselleck, são, como já vimos, a passagem do plural alemão *die Geschichten* ao singular *die Geschichte*: a História. “Para além das histórias, há a História”, a História em si, que segundo a expressão de Droysen, deve tornar-se “conhecimento de si mesma”<sup>330</sup>. Particularmente, ela é doravante compreendida como processo, com a ideia de que os acontecimentos não se produzem mais somente *no* tempo, mas *através* dele: o tempo torna-se ator, se não o Ator. Então a exigência de previsões substitui as lições da história, já que o passado não explica mais o futuro. O historiador não produz mais a exemplaridade, mas está em busca do único. Na *historia magistra*, o exemplar ligava o passado ao futuro, por meio da figura do modelo a ser imitado. Atrás de mim, o homem ilustre estava tanto na minha frente como à frente de mim.

Com o regime moderno, o exemplar como tal desaparece para dar lugar ao que não se repete. O passado é, por princípio ou por posição, ultrapassado. Um dia, mais tarde, quando as condições

pelos Estados Unidos por meio de uma “etnografia” da mídia. Atenta à exposição instantânea da guerra, ela não medita sobre a autocomemoração imediata constitutiva do acontecimento.

<sup>329</sup> PLUTARQUE. *Vies parallèles*, p. 35-36. “Entrer dans son avenir à reculons” é expressão de Valéry.

<sup>330</sup> KOSELLECK. *Le futur passé*, p. 43.

estiverem reunidas, os historiadores conseguirão estabelecer uma lei como a que já se produziu nas ciências da natureza. Ou, conforme uma formulação própria à história-ciência do final do século XIX, o dia glorioso da síntese acabará por nascer, mas, enquanto isso, o historiador deve, como um artesão desvalorizado, limitar-se ao hábito ingrato da análise. É cedo demais. De qualquer modo, o futuro, isto é, o ponto de vista do futuro, exige: “A história passou a ser essencialmente um ultimato dirigido pelo Futuro ao Contemporâneo”.

O ultimato, eu acrescentaria para completar a expressão tomada de Julien Gracq, estendeu-se também ao passado e se impôs aos historiadores que, durante o século XIX, organizaram e conceberam sua disciplina como a ciência do passado. Esse futuro, explicando a história passada, esse ponto de vista e esse *telos* dando-lhe significado, adquiriu sucessivamente, com a roupagem da ciência, a fisionomia da Nação, do Povo, da República, da Sociedade ou do Proletariado. Se há ainda uma lição da história, ela vem do futuro e não mais do passado. Ela está em um futuro que se deve fazer surgir como ruptura com o passado, pelo menos como algo diferente dele, enquanto a *historia magistra* repousava na ideia de que o futuro, se não repetia exatamente o passado, pelo menos não o excedia nunca. Vivia-se no interior do mesmo círculo (mesmo que Chateaubriand tivesse arriscado a imagem dos círculos concêntricos), com a mesma Providência ou as mesmas leis e, em todos os casos, com homens dotados da mesma natureza humana.

Por que essa hipótese de dois cortes: 1789 e 1989? Certamente não para bloquear a reflexão e seguir repetindo o fim de tudo e da história, em particular, já que a democracia não tem mais desafios agora; mas, bem pelo contrário, para estimular, relançar a questão, deslocando a evidência do presente. Então, ler *Les Lieux de mémoire* a partir de uma perspectiva ampla ou de uma história de longa duração das relações com o tempo leva a questioná-los como uma forma de trabalhar a partir desse corte (que não se reduz somente ao dia 9 de novembro de 1989, data da queda do Muro), mas também de fazê-lo trabalhar, buscando propor para ele uma abordagem e uma história. Esses cortes, vamos chamá-los ainda de brechas no tempo, retomando o diagnóstico feito por Hannah Arendt, isto é,

esses intervalos totalmente determinados pelas coisas que não são mais e pelas coisas que não são ainda<sup>331</sup>. Brechas, pois há uma pausa e esse tempo parece desorientado. Por isso, Chateaubriand concluía suas *Memórias*, lembremos, com a constatação das duas impossibilidades em que se encontrava o mundo em 1840: a impossibilidade do passado, a impossibilidade do futuro<sup>332</sup>. Voltaremos a esse ponto na conclusão.

Essa hipótese não implica absolutamente que o regime moderno não tenha passado por um questionamento antes de 1989, que não tenha havido outras crises da ordem do tempo. Muito pelo contrário. Nós começamos por isso, na introdução. Aliás, um regime de historicidade nunca foi uma entidade metafísica, caída do céu e de alcance universal. É apenas a expressão de uma ordem dominante do tempo. Tramado por diferentes regimes de temporalidade, ele é, concluindo, uma maneira de traduzir e de ordenar experiências do tempo – modos de articular passado, presente e futuro – e de dar-lhes sentido. Ainda assim, para a apreensão e a manifestação dessas experiências, a descrição fenomenológica agostiniana dos três tempos permanece um ponto de referência essencial. Como poderíamos enumerar regimes? Eu o ignoro. O exemplo do regime heroico polinésio mostra, pelo menos, que o inventário está aberto e que não estamos confinados somente na autocontemplação da história europeia. Contestado logo que instaurado, e mesmo nunca completamente instaurado (exceto no melhor dos mundos), um regime de historicidade instaura-se lentamente e dura muito tempo.

Foi o que aconteceu com o grande modelo da *historia magistra* antiga (cujo caráter uniforme e abrangente não se deveria, aliás, exagerar)<sup>333</sup>. Ele foi retomado pela Igreja e pelos clérigos medievais quando lhes coube a tarefa de escrever a história. De uma maneira mais profunda, o regime cristão pode se combinar com o da *historia magistra*, na medida em que ambos olhavam para o passado, para um *já*, mesmo que o *já* dos Antigos não fosse de

<sup>331</sup> HANNAH. *La crise de la culture*, p. 19.

<sup>332</sup> CHATEAUBRIAND. *Mémoires d'outre-tombe*, t. II, 44, 5, p. 922.

<sup>333</sup> Sobre a longevidade da *historia magistra*, ver KOSELLECK. *Le futur passé*, p. 37-62.

modo algum o dos cristãos (abrindo para o horizonte de um *ainda não*). Não resulta que esse antigo regime de historicidade não tenha experimentado muitos questionamentos na sua longa história. Na França, por exemplo, na segunda metade do século XVI: entre muitas indicações possíveis, poderíamos lembrar a publicação, em 1580, dos *Ensaio*s de Montaigne, onde vemos o *exemplum* antigo desestabilizado em um mundo em perpétuo movimento. Ele se desfaz transformando-se em “singularidade<sup>334</sup>”. Lançando-se como um novo Plutarco, Montaigne escreve finalmente os *Ensaio*s. “Eu sou a matéria de meu livro”, lança a Advertência ao leitor. Do mesmo modo, um século mais tarde, o desencadeamento da Querela dos Antigos e dos Modernos (1687) marca um importante momento de crise do tempo. Se, como demonstra Perrault, os Modernos vencem os Antigos, se houve progresso e aperfeiçoamento em quase todas as áreas, ainda assim o tempo não se abre para um futuro de onde viria a luz. A perfeição é quase atingida com o século de Luís XIV<sup>335</sup>. Como de fato autorizar-se a pensar além do soberano absoluto?

Passar finalmente de um regime a outro comporta períodos de sobreposição. Produzem-se interferências, muitas vezes trágicas. A Revolução foi um desses momentos. Colocado entre Volney e Tocqueville, Chateaubriand nos guiou, ele que não deixou de observar e de ser o intérprete desses tempos de entremeio e de si mesmo capturado e constituído por esse entremeio. Sob esse mesmo prisma, o destino de Napoleão pode ainda ganhar em inteligibilidade.

### A ascensão do presentismo

O século XX aliou, finalmente, futurismo e presentismo. Se, em primeiro lugar, ele foi mais futurista do que presentista, terminou mais presentista do que futurista. Foi futurista com paixão, com cegueira, até o pior, hoje todos sabem. Futurismo deve ser entendido aqui como

<sup>334</sup> HARTOG, François. Prefácio. In: PLUTARQUE. *Vies parallèles*, p. 26-27.

<sup>335</sup> HARTOG, François. Du parallèle à la comparaison. In: PAYEN, Pascal (Sel.). *Plutarque: Grecs et romains en question. Entretiens d'archéologie et d'histoire*. St. Bertrand de Comminges, 1998. p. 162-166; YILMAZ. *La querelle des modernes*.

a dominação do ponto de vista do futuro. Este é o sentido imperativo da ordem do tempo: uma ordem que continua acelerando ou se apresentando como tal. A história é feita então em nome do futuro e deve ser escrita do mesmo modo. O movimento futurista estimulou essa postura ao extremo. A exemplo do *Manifesto do partido comunista*, o *Manifesto futurista*, lançado por Marinetti em 1909, pretende ser um ato retumbante de ruptura em relação à antiga ordem. É preciso liberar a Itália de “sua gangrena de professores, de arqueólogos, de cicerones e de antiquários”, declarando que “o esplendor do mundo se enriqueceu com uma beleza nova: a beleza da velocidade”. É sintomático que seja a partir do lugar-marco onde a Europa forjou sua noção de patrimônio que uma contestação radical dessa ordem tenha vindo. “Mais belo do que a Vitória de Samotrácia”, um automóvel “ruidoso” é a expressão mais forte disso. “Estamos no promontório extremo dos séculos”, acrescenta ainda Marinetti, “De que serve olhar atrás de nós [...]?” Um ano mais tarde, o *Manifesto dos pintores futuristas* é igualmente radical: “Camaradas! Nós declaramos que o progresso triunfante das ciências ocasionou mudanças tão profundas para a humanidade que um abismo se cavou entre os dóceis escravos do passado e nós, livres e certos da radiosa magnificência do futuro. [...] Mas a Itália renasce, e ao seu *Risorgimento* político faz eco sua renascença intelectual”<sup>336</sup>. As vanguardas artísticas alimentaram-se desse impulso inicial, em busca dessa radiosa magnificência.

Porém, o *Manifesto futurista* mostra também como podemos passar do futurismo ao presentismo, ou como o futurismo é também (já) um presentismo. Quando Marinetti proclama: “O Tempo e o Espaço morreram ontem. Vivemos *já* no Absoluto, pois *já* criamos a eterna velocidade onipresente”, o presente encontra-se “futurizado” ou não há mais senão presente. Pela velocidade, o presente se transforma em eternidade e Marinetti, no volante de seu carro de corrida, vê-se como um substituto de Deus.

Se a catástrofe da Primeira Guerra Mundial e as crises que a seguiram, e depois aquela da Segunda Guerra abalaram, e até rejeitaram

<sup>336</sup> LISTA, Giovanni. *Le futurisme*. Paris: Terrail, 2001. p. 29, 30 e 38.

o futurismo, ainda assim toda uma série de fatores, retomados muitas vezes em *slogans*, concorreu finalmente para relançar os hinos ao progresso e não somente para manter operatório o regime moderno de historicidade, mas para fazer dele o único horizonte temporal. Mesmo que o futurismo, tendo perdido seu lirismo, tivesse que se adaptar à ameaça nuclear e dedicar-se a responder a ela. Na Europa, foram assim brandidos os imperativos da reconstrução e da modernização, acompanhados pelo planejamento, enquanto em nível mundial impunham-se as exigências da competição econômica, tendo como pano de fundo a Guerra Fria e a corrida armamentista, cada vez mais rápida. Tivemos assim, entre outros, “o futuro radiante” socialista, o “Milagre”, alemão, ou o período dos “Trinta Gloriosos” franceses (assim chamados a partir do livro de Jean Fourastié)<sup>337</sup>. Pouco a pouco, contudo, o futuro começava a ceder terreno ao presente, que ia exigir cada vez mais lugar, até dar a impressão recente de ocupá-lo por inteiro. Entrávamos então em um tempo de supremacia do ponto de vista do presente: aquele do presentismo, exatamente.

Esse presente, aparentemente tão seguro de si e dominador, não surgiu todavia em um dia (na última terça parte do século XX), como tampouco é uma novidade radical. De certa forma, todo grupo, toda sociedade, ontem como hoje, pode contar apenas com seu presente. Mais tarde podem ocorrer estratégias diversas que induzem a valorizá-lo ou, pelo contrário, a desvalorizá-lo, em proporções variáveis e sempre inconstantes, conforme as conjunturas. Pode-se se fechar nele ou, pelo contrário, apressar-se para sair dele o mais rápido possível. *Praesens*, como chamava a atenção o linguista Émile Benveniste, significa etimologicamente “o que está na minha frente”, em consequência, “iminente, urgente”, “imediatamente”, conforme o sentido da preposição latina *prae*<sup>338</sup>. O presente é o iminente: o corpo do corredor inclinado para frente no momento de se lançar.

<sup>337</sup> FOURASTIÉ, Jean. *Les 30 glorieuses ou la Révolution invisible de 1946 à 1975*. Paris: Fayard, 1979. Encontra-se aí uma dupla constatação: a do progresso, mas principalmente, que esse acabou, a partir de então.

<sup>338</sup> BENVENISTE, Émile. *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard, 1966. p. 135.

Para os sábios, as filosofias antigas, o epicurismo e o estoicismo, produziram uma teoria do presente em razão da qual existe apenas o presente no qual eu possa ter influência. “Convence-te”, observava Horácio, “que cada dia novo que nasce será para ti o último. Então é com gratidão que tu receberás cada hora inesperada<sup>339</sup>.” E Marco Aurélio: “Se separas de ti mesmo, isto é, de teu pensamento [...] tudo o que tu fizeste ou disseste no passado, tudo o que no futuro te atormenta, tudo o que escapa ao teu livre arbítrio, se separas [de ti mesmo] o futuro e o passado, se te aplicas em viver somente a vida que vives, isto é, somente o presente, poderás passar todo o tempo que te resta até a morte com calma, benevolência, serenidade<sup>340</sup>”. É ainda nesse presentismo que Goethe se inspira, quando atribui a Fausto, no encantamento de seu encontro com Helena: “Então a mente não olha nem para frente nem para trás. Só o presente é nossa felicidade<sup>341</sup>”.

Porém, com as religiões reveladas, o presente encontrou-se a uma só vez desvalorizado (nada do que aconteça tem real importância), estendido (em certo sentido há apenas o presente) e valorizado como presente messiânico, à espera do *eschaton*: a qualquer momento o Messias pode surgir. Rosenzweig distingue assim “o hoje que é apenas uma ponte para o amanhã” do “outro hoje que é um trampolim para a eternidade”<sup>342</sup>. Para os cristãos, se ninguém sabe, salvo o Pai, quando virá a Hora final, é em todo caso certo que o tempo aberto pela passagem de Cristo é presente e que a história, até seu Retorno, foi, é e será a da Salvação. Daí essa apóstrofe de Pascal, ao retornar às origens do Evangelho, evocando a dimensão escatológica do presente: “O presente nunca é nosso fim: o passado e o presente são nossos meios; somente o futuro é nosso fim. Em consequência, nunca vivemos, mas esperamos viver; e nos preparando sempre

<sup>339</sup> HORACE. *Épîtres*, 1, 4, 13.

<sup>340</sup> MARC AURÉLE. *Pensées*, 12, 3, 3-4.

<sup>341</sup> GOETHE. *Second Faust*, v. 9381. Ver HADOT, Pierre. ‘Le présent seul est notre bonheur’. la valeur de l’instant présent chez Goethe et dans la philosophie antique. *Diogenes*, n. 133, 1986, p. 71.

<sup>342</sup> Franz Rosenzweig, carta de 5 de fevereiro de 1917, citada por MOSÉS, Stéphane. *L’Ange de l’histoire: Rosenzweig, Benjamin, Scholem*. Paris: Seuil, 1992. p. 89.

para sermos felizes, é inevitável que nunca o sejamos<sup>343</sup>. Temos aqui as duas grandes formas históricas de presentismo: a religiosa e a das filosofias antigas, com passagens de uma para outra, como em Montaigne e ainda em Pascal.

Algumas expressões modernas de presentismo, explicitamente inspiradas por correntes vitalistas, levaram a desvalorizar o passado. O presente ergue-se então contra o passado, em nome da vida e da arte. No que tange às vanguardas artísticas do período de 1905 a 1925, Éric Michaud chamou a atenção para o espaço dado ao presente nos próprios títulos dos seus manifestos, suas reivindicações presentistas, eu diria. Ao lado do Futurismo presentista de Marinetti, evocado há pouco, podemos citar o Simultaneísmo, o *Praesentismus*, o Nunismo (de *nun*, “agora” em grego), o PREsentismo, o Instantaneísmo<sup>344</sup>. A literatura não ficaria atrás, primeiramente porque é parte integrante de muitos desses manifestos. Basta pensar no lugar ocupado por Apollinaire. Poderíamos também, retrocedendo um pouco, pensar no papel de inspiração representado por *Considerações extemporâneas* (1874) de Nietzsche. *O Imoralista* (1902) de Gide seria um bom exemplo. O herói, Michel, descobre, após ter quase morrido, que seus estudos de erudição perderam seu atrativo: “Eu descobri que, para mim, algo havia, senão suprimido, pelo menos, modificado o seu gosto; era o sentimento do presente<sup>345</sup>”. Encontraríamos algo análogo em *Hedda Gabler* de Ibsen, ou ainda, nos anos 1920, com as reflexões já evocadas de Paul Valéry sobre, ou melhor, contra a história<sup>346</sup>.

De modo que, se quisesse responder e escapar à “falência da história” (que se tornou patente com a Guerra de 1914), a história profissional teria então de começar por demonstrar que o passado não era sinônimo de morte e que não queria sufocar a vida. Precisou propor um modo de relação entre o passado e o presente, tal que o passado

<sup>343</sup> PASCAL, *Pensées*, 172 (Brunschvicg).

<sup>344</sup> MICHAUD, Éric. *Le présent des avant-gardes* (No prelo).

<sup>345</sup> GIDE, André. *L'Immoraliste*. Paris: Mercure de France, 1961. p. 60.

<sup>346</sup> Em muitas ocasiões, Lucien Febvre opõe-se a Valéry, renunciando à história sem vida e censurando-o por ignorar a história viva (1941): ver FEBVRE. *Combats pour l'histoire*, p. 24, 102, e 243.

não pretendesse dar lições ao presente, sem que esse fosse tachado por isso de inatividade de princípio. E isso mesmo que o antigo modelo da *historia magistra* já tivesse deixado de ser operatório há um bom século. A insistência dos primeiros *Annales* de Marc Bloch e Lucien Febvre sobre a essencial preocupação do presente assumia também seu sentido em relação a esse contexto intelectual<sup>347</sup>. Mais tarde, eles colocarão o trabalho do historiador sob o signo de um duplo movimento: do passado para o presente e do presente para o passado. Nisso reside a justificativa da história, mas daí também surgem seus recursos heurísticos.

Publicada em 1938, *A Náusea* de Sartre pode também apresentar-se como um fragmento presentista. Roquentin, o narrador, escreve um livro de história. De fato, ele consagra-se à realização de uma biografia do marquês de Rollebon (que se parece mais ou menos com Talleyrand). Mas um dia, de repente, foi impossível continuar, pois subitamente impusera-se a ele como uma evidência tangível que existia apenas “o presente, nada além do presente”. O presente era “o que existe, e tudo o que não era presente, não existia. O passado não existia. Absolutamente. Nem nas coisas, nem mesmo no meu pensamento”. Conclusão: “O marquês de Rollebon acabava de morrer pela segunda vez”. Ele era “meu associado: precisava de mim para existir e eu precisava dele para não sentir meu ser”. “Eu existo.” Da mesma forma que “as coisas são inteiramente o que elas parecem” e que “atrás delas... não há nada”, o passado não é nada<sup>348</sup>.

Mas tampouco o futuro, mais exatamente o ponto de vista do futuro. Por isso, em 1945, Sartre mais uma vez, no editorial do primeiro número de *Temps modernes*, persistia e assinalava: “Escrevemos para nossos contemporâneos, não queremos olhar nosso mundo com olhos futuros, isso seria o modo mais certo de matá-lo, mas

<sup>347</sup> Aux lecteurs. In: *Annales d'histoire économique et sociale*, n. 1, 1929: “Ainda que para os documentos do passado, os historiadores apliquem seus bons velhos métodos provados, cada vez mais homens consagram, não sem ardor, às vezes, sua atividade ao estudo das sociedades e das economias contemporâneas: duas classes de trabalhadores feitas para se compreender e que, como de costume, se relacionam sem se conhecer”.

<sup>348</sup> SARTRE, Jean-Paul. *La nausée*. Paris: Gallimard, 1938. p. 124-125 e 127.

com olhos de carne, com nossos verdadeiros olhos perecíveis. Não desejamos ganhar nosso processo com recurso e não temos o que fazer com uma reabilitação póstuma: é aqui mesmo e durante nossa vida que os processos são ganhos ou são perdidos<sup>349</sup>". O existencialismo concebe salvação somente no engajamento sem reserva na ação. "Militante", retomará o autor de *As Palavras*, "eu quis salvar-me pelas obras<sup>350</sup>." À revolução é atribuído, a partir de então, "o papel que a vida eterna outrora desempenhou", ela "salva aqueles que a fazem", observava Malraux<sup>351</sup>. O existencialismo era um presentismo.

Se a crítica ao progresso não implica uma promoção automática do presente, ela instila a dúvida sobre o caráter inevitavelmente positivo da caminhada para o futuro. Certamente o *topos* não era novo, mas podemos assinalar aqui sua reativação e seu deslocamento, em meados dos anos 1950, por Claude Lévi-Strauss na obra *Tristes trópicos*, imediatamente célebre. No contexto da descolonização, ele propunha uma interpretação renovada do bom selvagem. A noite nas florestas do Novo Mundo de Chateaubriand não estava tão longe! Sua defesa apaixonada de Rousseau e sua crítica à concepção estreita do progresso nas sociedades modernas terminavam, em todo caso, por uma reflexão sobre este mundo que "começou sem o homem e terminará sem ele, já que nunca fez nada mais do que acelerar uma matéria poderosamente organizada rumo a uma inércia cada vez maior e que um dia será definitiva". Assim, a antropologia deveria, antes, escrever-se "entropologia", o nome de uma ciência consagrada a estudar esse processo de desintegração nas suas manifestações mais significativas<sup>352</sup>. Com essa perspectiva de resfriamento final das sociedades quentes, estávamos aqui, é verdade, no olhar muito distanciado: algo como o ponto de vista das esferas.

Em um momento de intensa crise do tempo, mesmo que a antiga ordem do tempo desmoronasse e que o novo tentasse ainda

<sup>349</sup> SARTRE, Jean-Paul. Apresentação da revista *Les Temps Modernes*, 1945. Reiterada ainda em *Les mots*. Paris: Gallimard, 1964: "Pretendo sinceramente escrever apenas para o meu tempo".

<sup>350</sup> SARTRE. *Les mots*, p. 210.

<sup>351</sup> ARENDT. *La crise de la culture*, p. 17.

<sup>352</sup> LÉVI-STRAUSS. *Tristes tropiques*, p. 374.

se afirmar, Chateaubriand havia feito, resumidamente, o ensaio da utopia selvagem: um fora do tempo. Nos anos 1950, Lévi-Strauss, como vimos, é levado a questionar o regime moderno estabelecido sobre a evidência da ordem do progresso. A história, observava ele, não é senão de tempos em tempos cumulativa e, além disso, apreendemos como cumulativo somente o que é análogo ao que acontece conosco. As formações sociais e a história universal ainda esperam o seu Einstein. Nos anos 1960, o selvagem entrou na moda. Praticou-se todo tipo de usos selvagens do "pensamento selvagem", exerceu-se influência sobre "o pensamento mítico"; valorizou-se o Selvagem, em oposição ao Civilizado ou ao Estado, mas houve também retornos ou fugas para os Selvagens<sup>353</sup>. Antes dos "retornos" ao país.

O *slogan* "esquecer o futuro" é, provavelmente, a contribuição dos *Sixties* a um fechamento extremo no presente. As utopias revolucionárias, progressistas e futuristas (e como!), em seu princípio, mas também passadistas e retrospectivas (as barricadas revolucionárias e a Resistência) deviam operar-se, a partir de então, em um horizonte que não transcendia muito o círculo do presente: "Sob o calçamento, a praia" ou "Tudo, rápido!", proclamavam os muros de Paris em maio de 1968. Antes que aparecesse, logo depois, "*No future*", isto é, não mais presente revolucionário. De fato, vieram, nos anos 1970, as desilusões ou o fim de uma ilusão, a desagregação da ideia revolucionária, a crise econômica de 1974, a inexorável escalada do desemprego em massa, o enfraquecimento do Estado de Bem-Estar Social, construído em torno da solidariedade e a partir da ideia de que amanhã será melhor do que hoje, e as respostas, mais ou menos desesperadas ou cínicas, que apostaram todas no presente, e somente nele. Nada além. Porém, não se tratava mais exatamente nem de epicurismo ou estoicismo nem de presente messiânico.

Nessa progressiva invasão do horizonte por um presente cada vez mais inchado, hipertrofiado, é bem claro que o papel motriz foi

<sup>353</sup> CLASTRES, Pierre. *La société contre l'État*. Paris: Minuit, 1974; LIZOT, Jacques. *Le cercle des feux: faits et dits des Indiens Yanomani*. Paris: Seuil, 1976.

desempenhado pelo desenvolvimento rápido e pelas exigências cada vez maiores de uma sociedade de consumo, na qual as inovações tecnológicas e a busca de benefícios cada vez mais rápidos tornam obsoletos as coisas e os homens, cada vez mais depressa. Produtividade, flexibilidade, mobilidade tornam-se as palavras-chave dos novos administradores<sup>354</sup>. Se o tempo é, há muito, uma mercadoria, o consumo atual valoriza o efêmero. A mídia, cujo extraordinário desenvolvimento acompanhou esse movimento que é, em sentido próprio, sua razão de ser, faz a mesma coisa. Na corrida cada vez mais acelerada para o *ao vivo*, ela produz, consome, recicla cada vez mais palavras e imagens e comprime o tempo: um assunto, ou seja, um minuto e meio para trinta anos de história<sup>355</sup>. O turismo é também um poderoso instrumento presentista: o mundo inteiro ao alcance da mão, em um piscar de olhos e em quadricromia.

Esse tempo coincide também com o do desemprego em massa que as sociedades europeias começaram a sofrer nessa época. Para o desempregado, um tempo cotidiano, sem projetos possíveis, é um tempo sem futuro. Para esses “homens sem futuro”, como os denominava Pierre Bourdieu, “o tempo parece se aniquilar”, pois “o trabalho assalariado é o suporte, senão o princípio, da maior parte dos interesses, das expectativas, das exigências, das esperanças e dos investimentos no presente, assim como no futuro ou no passado que ele envolve”<sup>356</sup>. O desemprego contribui fortemente para o confinamento no presente e para um presentismo, agora penoso e desesperado.

O futurismo deteriorou-se sob o horizonte e o presentismo o substituiu<sup>357</sup>. O presente tornou-se o horizonte. Sem futuro e sem passado, ele produz diariamente o passado e o futuro de que sempre precisa, um dia após o outro, e valoriza o imediato. Os sinais dessa atitude não faltaram. Assim, a morte tem sido cada

<sup>354</sup> BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard, 1999.

<sup>355</sup> AGACINSKI, Sylviane. *Le passeur de temps*. Paris: Seuil, 2000. p. 178-182.

<sup>356</sup> BOURDIEU, Pierre. *Méditations pascaliennes*. Paris: Seuil, 1997. p. 263.

<sup>357</sup> Na análise que Guy Debord faz do “tempo espetacular”, como “tempo pseudocíclico consumível”, é indicado, ainda, que no tempo espetacular “o passado domina o presente” (DEBORD, Guy. *La société du spectacle*. Paris: Buchet; Castel, 1967. p. 130).

vez mais escamoteada. O poeta T. S. Eliot já testemunhava esse expansionismo do presente: “Em nossa época”, observava ele, “[...] apresenta-se um novo gênero de provincianismo, que talvez mereça um nome novo. É um provincianismo não do espaço, mas do tempo; para o qual [...] o mundo é propriedade somente dos vivos, do qual os mortos não participam<sup>358</sup>”. Os mortos não têm mais seu lugar, e mesmo, lugar nenhum. Como historiador, Philippe Ariès soubera chamar nossa atenção sobre esse mesmo fenômeno: “Tudo se passa na cidade como se ninguém mais morresse<sup>359</sup>”. A recusa do envelhecimento (conforme o modelo do *jogger* californiano, que fez escola em muitos lugares) seria outro indício disso, que a valorização crescente da *juventude* enquanto tal acompanha as sociedades ocidentais que já começavam a envelhecer. Ou ainda, mais recentemente, todas as técnicas de supressão do tempo, graças ao desenvolvimento das “autoestradas da informação” e a promoção universal do tempo dito “real”. Qualquer um poderia facilmente completar o catálogo dos comportamentos cotidianos que demonstram uma obsessão pelo tempo: controlá-lo cada vez mais e melhor ou, do mesmo modo, suprimi-lo. Até à guerra em tempo real. Aliás, não se ouve que uma pessoa que se respeite não deve ter nem tempo para, nem mesmo *tempo*<sup>360</sup>! E um executivo sobrecarregado é alguém com déficit crônico de tempo<sup>361</sup>. Esses comportamentos traduzem uma experiência amplamente compartilhada do presente e são um de seus componentes, delineando assim um dos regimes de temporalidade do presente.

## As fendas do presente

A economia midiática do presente não cessa de produzir e de utilizar o acontecimento, já que a televisão deu seguimento ao rádio. Porém com uma particularidade: o presente, no momento mesmo

<sup>358</sup> ELIOT, T. S. *On poetry and poets*. London, 1957. p. 69.

<sup>359</sup> ARIÈS, Philippe. *L'Homme devant la mort*. Paris: Seuil, 1977. p. 554.

<sup>360</sup> NOWOTNY, Helga; *Le temps à soi: genèse et structuration d'un sentiment du temps*. Tradução de S. Bollack e A. Maslet. Paris: Maison des Sciences de L'Homme, 1992.

<sup>361</sup> BOURDIEU, Pierre. *Méditations pascaliennes*. p. 268.

em que se faz, deseja olhar-se como já histórico, como já passado. Volta-se, de algum modo, sobre si próprio para antecipar o olhar que será dirigido para ele, quando terá passado completamente, como se quisesse “prever” o passado, se fazer passado antes mesmo de ter acontecido plenamente como presente; mas esse olhar é o seu, presente para ele. Essa tendência em transformar o futuro em futuro anterior pode chegar à caricatura. Por exemplo, no dia 10 de maio de 1994, jornalistas entrevistavam aquele que ainda era o presidente Mitterrand. Já outros tempos, mas não outros costumes! Era exatamente um ano antes do fim determinado de seu mandato. Todo o jogo consistiu em fazê-lo falar como se já fosse um ano mais tarde, como se já tivesse partido e mesmo (por que poupar?) morto e enterrado, já que estava convidado a indicar o epitáfio que tinha escolhido! Para estar seguro de ser o primeiro na informação, não há, por fim, nada melhor do que anunciar como ocorrido o que ainda não teve lugar. É uma resposta midiaticizada e midiática à antiga questão provocadora formulada por Kant: “Como a história é possível *a priori*? Resposta: quando aquele que faz prognósticos realiza e organiza ele próprio os acontecimentos que anunciou antecipadamente<sup>362</sup>”. Certamente, trata-se apenas de história *a priori* midiática, mas reconhece-se nisso também uma forma política denunciada sob o nome de efeito de anúncio. Na verdade, toda a presidência de Mitterrand, da visita inaugural ao Panteão até a dupla encenação final dos funerais, passando pelo caso que expôs as relações entre o presidente e René Bousquet, encontrou-se submetida à crise do tempo. Que ele tenha tentado escapar ou se servir disso, não muda, na verdade, grande coisa. Ainda sustentada pelo futurismo, no momento de sua chegada ao poder, a esquerda quase instantaneamente encontrou a onda da memória e do patrimônio e as imposições do presentismo.

Simetricamente, nosso presente tem uma ânsia de previsões, senão de predições. Ele se cercou de *experts*, que consulta sem parar.

<sup>362</sup> KANT, Emmanuel. *Le combat des facultés*, citado por KOSELLECK. *Le futur passé*, p. 50. Sobre a historização do acontecimento, antes mesmo que se produzisse, pode-se refletir, em um outro registro, sobre o filme de Woody Allen, *Bananas* (1971), em que se é obrigado a assistir ao assassinato ao vivo de um presidente.

Solicitado, o historiador encontra-se, em mais de uma ocasião, investido como *expert* da memória e preso no círculo do testemunho<sup>363</sup>. Esse presente julgou encontrar nas sondagens seu Sésamo: usou e abusou dessas projeções no futuro, sem deixar o presente. A resposta dada hoje, imagem instantânea, é transmitida seis meses ou três semanas mais tarde e tende gradativamente a tornar-se a imagem efetiva da situação seis meses ou três semanas mais tarde. O que você vota hoje, como imagem daquilo que você votará. Portanto, o que você já votou. A duração é somente reintroduzida do ponto de vista da série que permite traçar uma curva de amostras, mas já é o assunto dos comentaristas: dos *experts*. Contudo, as sondagens erram, nós já constatamos, e o futuro escapa! Mais uma vez, gostaríamos de estar em uma forma de história *a priori*. Ou, o que dá no mesmo, negar o tempo. Daí, *a contrario*, o sucesso, em meados dos anos 1980, da máxima de Mitterrand “Dar tempo ao tempo”! Ele também buscava a identidade da França na direção do tempo longo, embora, sofrendo de câncer, devesse viver, principalmente, dia a dia: no presente da doença. Porém, em segredo.

Em meados dos anos 1970, outra fenda manifesta-se nesse presente. Ele começa a se mostrar preocupado com a conservação (de monumentos, de objetos, de modos de vida, de paisagens, de espécies animais) e ansioso em defender o meio ambiente. Os modos de vida local e a ecologia, de temas exclusivamente contestatórios passaram a ser temas mobilizadores e promissores. Gradativamente, a conservação e a renovação substituíram, nas políticas urbanas, o mero imperativo de modernização, cuja brilhante e brutal evidência não tinha sido questionada até então. Como se se quisesse preservar, na verdade, reconstituir um passado já extinto ou prestes a desaparecer para sempre. Já inquieto, o presente descobre-se igualmente em busca de raízes e de identidade, preocupado com memória e genealogias.

Ao lado dos retornos aos modos de vida local, um público novo, que foi preciso acolher, passou a frequentar os arquivos. As

<sup>363</sup> DUMOLIN, Olivier. *Le rôle social de l'historien: de la chaire au prétoire*. Paris: Albin Michel, 2003. p. 27-63.

administrações auxiliaram os arquivos departamentais a se preparar para isso, enquanto muitas cidades médias dotavam-se de serviços de arquivos. Com efeito, a partir de então, mais da metade dos leitores eram genealogistas comuns. Esse período corresponde também a uma produção em massa dos arquivos. Sua quantidade multiplicou-se por cinco desde 1945 e, um ao lado do outro, se desdobrariam por mais de três mil quilômetros lineares<sup>364</sup>. Acompanhando esse movimento, a lei de 1979 sobre os arquivos (a primeira desde a Revolução) dava uma definição bem ampla: “Os arquivos são o conjunto dos documentos, qualquer que seja sua data, sua forma e seu suporte material, produzidos ou recebidos por toda pessoa física ou moral, e por todo serviço ou organismo público ou privado, no exercício de sua atividade”. Tudo pode, em última instância, ser arquivado, e os arquivos “constituem a memória da nação e uma parte essencial de seu patrimônio histórico”. Os termos-chave estão aqui: memória, patrimônio, história, nação. Eles assinalam que entramos efetivamente nos anos-patrimônio. Os arquivos tinham, nesse contexto, evidentemente, seu lugar. Contudo, os arquivistas tiveram o sentimento, mais ou menos justificado, de terem sido, afinal, os abandonados daqueles anos, enquanto os museus e as bibliotecas faziam mais sucesso junto aos poderes públicos. O que é uma das componentes da crise dos arquivos.

Proclamados memória, história, patrimônio da nação, os arquivos foram necessariamente recuperados pelo presente. Aqui está a outra componente, mais visível e mais discutida da crise: os prazos de consulta (longos demais) e as derrogações (restritivas demais)<sup>365</sup>. Como se a questão dos arquivos se resumisse apenas aos arquivos contemporâneos (aqueles da Colaboração e, há pouco, da guerra

<sup>364</sup> FAVIER, Jean; NEIRINCK, Daniel. Les archives. In: BÉDARIDA, François (Org.). *L'Histoire et le métier d'historien en France, 1945-1995*. Paris: Maison des Sciences de L'Homme, 1995, p. 89-110. HARTOG, François. Archives: la loi, la mémoire, l'histoire. *Le Débat*, n. 112, 2000, p. 45-48. Para uma apresentação do dossiê completo, ver CŒURÉ, Sophie; DUCLERT, Vincent. *Les archives*. Paris: La Découverte, 2001.

<sup>365</sup> A norma de referência é a da comunicação imediata dos documentos, mas os decretos de aplicação da lei de 1979 fixaram os prazos para alguns arquivos: 30 ou 60 anos (para os documentos que contêm informações que discutem a vida privada ou que dizem respeito à segurança do Estado ou à defesa nacional). Em 1995, o relatório Braibant visava reduzir esses prazos para 25 e 50 anos.

da Argélia). Relatórios foram solicitados, prometeu-se uma nova lei que, finalmente, não foi criada, houve uma mobilização por uma “cidade dos Arquivos”, por ora inexistente, mas se teve direito a duas circulares do primeiro ministro. A circular de 3 de outubro de 1997 (a alguns dias da abertura do caso Papon e após a declaração de arrependimento da Igreja da França) tornou menos rígidas as regras de consulta dos documentos relativos ao período 1940-1945. Lembrando que “É um dever da República perpetuar a memória dos acontecimentos que ocorreram em nosso país entre 1940 e 1945”, ela convidava a ir mais longe em matéria de derrogações, sem se fixar “na personalidade ou na motivação das pessoas que solicitam uma derrogação”. Traduzia, em suma, para a administração, o dever de memória. A segunda, de 5 de maio de 1999, anunciava: “Em busca de transparência e em respeito às vítimas e suas famílias, o governo tomou a resolução de facilitar as buscas históricas sobre a manifestação organizada pela Frente de Libertação Nacional da Argélia (FLN), em 17 de outubro de 1961”.

Maurice Papon, que acabava de perder o processo de difamação que havia tentado (como ex-chefe de polícia de Paris) contra Jean-Luc Einaudi, relativo à questão das vítimas da manifestação, fazia, mais uma vez, a ligação com a atualidade. Considerado em toda sua duração, o caso Papon é, aliás, um exemplo esclarecedor dessas modificações de comportamento em relação ao tempo. É apenas em 1998 que o ex-secretário geral da polícia da Gironda é condenado, em Bordeaux, por cumplicidade em crimes contra a humanidade, ou seja, cinquenta e cinco anos após os atos denunciados e ao final de um processo que durou noventa e cinco dias<sup>366</sup>. Antes dele, em 1994, houve o caso de Paul Touvier, ex-chefe da milícia de Lyon. Inicialmente perdoado, em 1972, pelo presidente Pompidou, que queria “encobrir” o tempo em que os franceses “não se amavam”, vinte e dois anos mais tarde é condenado por crimes contra a humanidade. No entanto, tratava-se exatamente do

<sup>366</sup> Ninguém podia saber então que ele seria libertado da prisão da Santé por razões médicas, em setembro de 2002. Porém, a agitação provocada por sua liberação – que dependia somente da aplicação de uma disposição nova da lei – mostra bem que ele permanecerá, até a sua morte, contemporâneo de seu crime. Mas nós também.

mesmo Touvier. Porém, o tempo funcionou às avessas. Ao invés de ter produzido o esquecimento, ele avivou a memória, reconstituiu e impôs a lembrança. Com a temporalidade até então inédita criada pelo crime contra a humanidade, o tempo não “passa”: o criminoso permanece contemporâneo de seu crime<sup>367</sup>.

O urbanismo parisiense oferece outro registro, tão visível que chega a ofuscar, para compreender os efeitos da ordem do tempo ou de seus questionamentos. Lembremos alguns momentos dessas dramaturgias principescas ou desses balés urbanístico-políticos. Com um primeiro tempo, ainda sob o signo do futurismo e em sintonia com o regime moderno de historicidade. Inicialmente, encontramos Georges Pompidou, o modernizador, no papel do presidente que queria “adaptar Paris ao automóvel”, acelerar seu crescimento, mas também restituir-lhe o brilho internacional, dotando a capital de um grande museu de arte contemporânea. Estendendo-se por vinte anos, a reestruturação do bairro do mercado central, Les Halles, dá uma clara demonstração dessas transformações. Em 1959, o governo decide transferir o mercado para a cidade de Rungis. Nos dez anos seguintes, a administração de Paris promove projetos arquitetônicos nos quais florescem os arranha-céus: “arranha-céus, arranha-céus e mais arranha-céus<sup>368</sup>”. Modernismo e rentabilidade parecem as únicas palavras de ordem.

Apesar dos protestos, tendo maio de 1968 marcado sua presença, os pavilhões de Baltard, que constituíam o complexo do mercado central, são finalmente destruídos em 1971: não apenas desmontados e transferidos, mas verdadeiramente destruídos. Resta então um vazio célebre por um tempo, o “buraco dos Halles”, que se consegue preencher apenas em 1980, ainda com várias peripécias, em que o prefeito de Paris da época, Jacques Chirac, pode dar sua dimensão de urbanista. É incontestável que Les Halles, por poucos anos, teriam sido preservados como “patrimônio” excepcional do século XIX.

<sup>367</sup> ROUSSO. *La hantise du passé*, p. 12-47.

<sup>368</sup> FERMIGIER, André. *La bataille de Paris: des Halles à la Pyramide. Chroniques d'urbanisme*. Paris: Gallimard, 1991. p. 54. A sequência das crônicas de Fermigier no *Nouvel Observateur*, depois no *Le Monde*, permite seguir o fracasso dos Les Halles e a emergência progressiva do tema do patrimônio.

Essa destruição marca até a inversão da conjuntura: o momento em que o regime moderno (e modernizador) perde sua evidência. Com efeito, pouco depois, a estação de trem Orsay, também destinada à destruição, é ao contrário preservada, e o secretário da Cultura do Estado do novo presidente Valéry Giscard d'Estaing, Michel Guy, começa a chamar a atenção para o patrimônio contemporâneo: o dos séculos XIX e XX.

Quanto ao museu, chamado finalmente de Centro Georges Pompidou, é interessante lembrar que ele devia inicialmente ser um museu “experimental”. Em que sentido? “Um museu”, esclarecia-se, “cuja finalidade não seria conservar obras de arte, mas permitir a expressão livre a todas as formas da criação contemporânea<sup>369</sup>.” O prédio de vidro, com seus espaços polivalentes e suas estruturas móveis, devia aliar uma arquitetura funcionalista e rigorosa ao lúdico e ao efêmero. Devia expor mais a arte contemporânea do que a arte moderna e, mais ainda, mostrar a arte acontecendo. A proposta associava assim o futurismo (inerente a todo projeto museológico) com uma componente forte de presentismo. Desejava-se colocar no museu o presente da arte e tornar visível a criação contemporânea acontecendo, rejeitando a museificação. Porém, ao longo das adaptações e das renovações, a parte experimental se reduziu e o conservatório venceu o laboratório. O espaço reservado ao museu aumentou, enquanto o destinado à criação diminuía<sup>370</sup>. Como se o presente, passando de uma postura presentista lúdica e narcisista para outra bem menos segura, reconhecesse que duvida dele mesmo.

Contudo, o triunfo total do museu e do patrimônio coube a François Mitterrand, quando inaugurou, no final de 1993, o Grande Louvre, com sua pirâmide de vidro – as pirâmides menores e os espelhos d'água –, que dá um toque de arquitetura pós-moderna, através da qual se pode descer para contemplar quarenta séculos de história! O Grande Louvre, que perdeu sua última função régia com a saída do Ministério das Finanças, acabou se transformando em um

<sup>369</sup> FERMIGIER. *La bataille de Paris*, p. 149.

<sup>370</sup> Ver o dossiê “L'utopie Beaubourg dix ans après”, em *Esprit*, n. 123, 1987. GALLOT, Geneviève. Le Centre Pompidou, une utopie épuisée. *Le Débat*, n. 98, 1998, p. 102.

imenso espaço museal: o maior museu (os príncipes não deixam por menos) e o principal lugar do patrimônio universal da França (tendo no subsolo o saguão de sua galeria comercial).

Assim, esse presente, que reina aparentemente absoluto, “dilatado”, suficiente, evidente, mostra-se inquieto. Ele queria ser seu próprio ponto de vista sobre si mesmo e descobre a impossibilidade de se fiar nisso: mesmo na transparência das grandes plataformas do Beaubourg. Ele se mostra incapaz de preencher a lacuna, no limite da ruptura, que ele próprio não cessou de aprofundar, entre o campo da experiência e o horizonte de expectativa. Escondido na sua bolha, o presente descobre que o solo desmorona sob seus pés. René Magritte poderia ter pintado isso! Três palavras-chave resumiram e fixaram esses deslizamentos de terreno: *memória*, mas trata-se, na verdade, de uma memória voluntária, provocada (a da história oral), reconstruída (da história, portanto, para que se possa contar *sua* história); *patrimônio* – 1980 foi decretado o ano do Patrimônio –, o sucesso da palavra e do tema (a defesa, a valorização, a promoção do patrimônio) acompanha a crise da própria noção de “patrimônio nacional”; *comemoração*, de uma comemoração à outra poderia ser o título de uma crônica dos últimos vinte anos. Esses três termos apontam para um outro, que é como seu lar: a identidade.

As grandes comemorações definiram um calendário novo da vida pública, impondo-lhe seus ritmos e seus prazos. Ela se submete e se serve disso, tentando conciliar memória, pedagogia e mensagens políticas do *dia*. A visita de François Mitterrand, recém-eleito, ao Panteão, no dia 10 de maio de 1981, foi concebida sob essa perspectiva. De fato, ela revelava uma incursão inaugural ao país dos mortos ilustres da República, com a rosa na mão (Jules Michelet, ao escrever sua história, tinha um ramo dourado) para reavivar esses lugares abandonados, sagrar-se, inscrevendo-se em uma linhagem, e relançar um tempo instaurado pela Revolução. Esse acontecimento simbólico comportava ainda uma dimensão futurista e uma outra já patrimonial: a representação as reunia. Em seguida, começavam as dificuldades.

Os anos seguintes assistiram à alternância das comemorações em um ritmo que ia acelerando. Porém, todas essas reorganizações francesas em torno da memória se produziam enquanto se

aproximava a comemoração maior anunciada: a da Revolução, que incitava a colocar na ordem do dia e em discussão o próprio fato de comemorar, essa “atividade estranha, que oscila entre a presença e a ausência<sup>371</sup>”. O que nos valeu, além de várias polêmicas, um milênio capetiano em 1987, finalmente autenticado por uma missa solene, na presença do presidente da República: o tempo longo da França sempre! A esse primeiro fogo de artifício comemorativo sucederia imediatamente a rajada do jubileu da Segunda Guerra Mundial.

Longe de ser um fenômeno somente francês, a comemoração floresceu em todos os lugares a partir dos anos 1980. Assim, a Alemanha praticou-a com um ardor igual e até superior, pela rivalidade então existente entre as duas Alemanhas. Houve o quinto centenário do nascimento de Lutero em 1983; o septingentésimo quinquagésimo aniversário da fundação de Berlim em 1985; a transferência das cinzas de Frederico II para Potsdam em 1991; e, finalmente, a inauguração da “Nova Guarda” (*Neue Wache*) em Berlim, em 1993, exigida pelo chanceler Helmut Kohl como memorial central da República Federal da Alemanha. Pode-se acrescentar, naqueles anos, o lançamento de várias histórias da Alemanha por grandes editoras e, um pouco mais tarde, o início dos *Lugares de memória alemães*<sup>372</sup>.

## Memória e história

Em 1974, são publicados os três volumes de *Faire de l'histoire*, dirigidos por Jacques Le Goff e Pierre Nora, cuja pretensão é “ilustrar e promover um tipo novo de história”, aquela que responde à “provocação” das outras ciências humanas, em particular da etnologia<sup>373</sup>. Da história das mentalidades à antropologia histórica, era o momento de uma consciência e de uma ciência de nossa distância em relação a nós mesmos, mas distanciada tanto no tempo quanto no espaço. A memória, assim como o patrimônio, ainda não era considerada

<sup>371</sup> OZOUF, Mona. In: 1789. *La Commémoration*, p. 322.

<sup>372</sup> FRANÇOIS, Étienne. Nation retrouvée. Nation à *contrevenir*: L'Allemagne des commémorations. *Le Débat*, n. 78, 1994, p. 62-70; FRANÇOIS, Étienne; SCHULZE, Hagen (Org.). *Deutsche Erinnerungs-Orte*. Munich: Beck, 2001-2002.

<sup>373</sup> LE GOFF; NORA (Dir.). *Faire de l'histoire*, t. 1, p. IX e XI.